

OS RISCOS DA EXPLORAÇÃO DO URÂNIO

15-Dez-2007

A reactivação da exploração de urânio tem conhecido nos últimos anos um crescimento acelerado. São no continente asiático estão previstos 16 novos projectos de mineração e nos EUA 15 (informação do projecto WISE). O aumento do preço do urânio no mercado internacional, que subiu 10 vezes mais nos últimos 5 anos, impulsionado pela procura de electricidade produzida por centrais nucleares e a expectativa de expansão desta indústria altamente insustentável, tem motivado esta operação.

Em Portugal coloca-se agora a corrida à exploração das 4.100 toneladas de urânio de Nisa, considerada a única zona do país onde esta pode ser economicamente rentável.

Nove consórcios já mostraram o seu interesse, estando a Direcção-Geral de Geologia e Energia a elaborar os cadernos de encargos de abertura de um concurso internacional para a atribuição da concessão de exploração, a qual poderá ser conhecida até ao final de 2009.

Tal como no passado, apesar dos avanços tecnológicos e das regulamentações ambientais, a exploração de urânio pode trazer elevados impactos para a região. Coloca-se o ambiente e a saúde das populações em risco, em nome de um projecto que terá um período de vida útil de 6 a 8 anos e criará pouco emprego. Numa zona deprimida do país, coloca-se em risco as oportunidades de desenvolvimento local sustentável, assente em vectores estratégicos que retirem mais-valias da riqueza natural e patrimonial do território, ao mesmo tempo que preservam o ambiente e potenciam o emprego sustentável e a qualidade de vida local.

Esta é uma operação estruturante para o território local e a forma de encarar o interior do país. Ou a criação de riqueza fácil que pouco ou nada deixará para os territórios locais e as suas gentes, gerando problemas ambientais e sociais que ficarão para o Estado resolver num futuro longo em que será a desertificação humana expectável, ou a aposta em eixos de desenvolvimento que criam dinamismo local geradores de emprego, rejuvenescimento populacional, qualidade no ambiente e paisagem, coesão social.

Vivemos num país em que a exploração de urânio do passado (nas 61 explorações mineiras existentes no país) acarretou um enorme passivo ambiental e impactos negativos na saúde pública das populações, que ainda hoje se manifestam e continuam por resolver. As minas encerradas continuam a ser responsáveis, além de poluição visual, pela presença de poeiras tóxicas na atmosfera e por situações de contaminação de solos, cursos de água e lençóis freáticos. O acondicionamento dos milhares de toneladas de escórias, resultantes do tratamento do minério, em escombrelas e barragens de estóveis, sem que nada tenha sido feito durante décadas, deixou um pesado legado de degradação do ambiente e nas condições de vida em 18 concelhos do território nacional.

Existem cerca de 7,8 milhões m³ de resíduos, dos quais 3 milhões representam maior perigo de contaminação. As minas da Urgeiriça, no concelho de Nelas, em Viseu, têm as maiores fontes de radioactividade, representando a quase totalidade dos resíduos. O estudo MinUrar - Minas de Urânio e seus Resíduos: Efeitos na Saúde da População, coordenado pelo Observatório Nacional de Saúde, concluiu que a população de Canas de Senhorim, exposta às minas da Urgeiriça, apresenta uma diminuição das funções da fertilidade, da capacidade reprodutiva de homens e mulheres e do número de glóbulos vermelhos, brancos e de plaquetas no sangue.

Para resolver os problemas associados às explorações uraníferas abandonadas estima-se que será necessário um investimento na ordem dos 70 milhões de euros.

Pouco ou muito pouco foi ainda feito. E continuam a morrer ex-trabalhadores das minas de urânio sem que as famílias recebam indemnizações; não se realizam estudos nem se faz o acompanhamento médico prolongado das populações que vivem nesses territórios; não existe qualquer compensação aos municípios pela degradação ambiental gerada por actividades económicas supostamente de interesse nacional. E estas mesmas questões mantêm-se actuais se a reactivação das minas de Nisa avançar, pois não há quaisquer garantias por parte do Estado ou dos concessionários que vão explorar o urânio. Pois os efeitos, sobretudo na saúde, da mineração de urânio podem vir a manifestar-se num tempo demasiado longo, mantendo-se para as gerações futuras. Algumas notas sobre a extração de urânio:

Mesmo as maiores jazidas contêm menos de 1% de urânio: uma grande quantidade de rocha tem de ser extraída para se obter quantidades úteis de urânio. Grande parte desta rocha é esmagada em partículas muito finas, quase tão radioactivas como o urânio e que se dispersam facilmente pelo ar. Para se extrair o urânio geralmente são utilizadas grandes quantidades de água, ácido sulfúrico e composto ligante sobre estas partículas. Com a maioria do urânio removido (cerca de 90%), as escórias são armazenadas em escombrelas ou barragens. O nível de radiação destes resíduos pode ser 20 a 100 vezes superior aos níveis naturais dos encontrados nas jazidas superficiais, e têm de ser armazenados por centenas a milhares de anos até atingirem um estado estável. As poeiras radioactivas, os materiais tóxicos e o radão gerados ao longo destes processos e presentes nos resíduos podem dispersar-se facilmente, contaminando pessoas e ecossistemas. Outro processo de extração do urânio muito comum é através da injeção

na água subterrânea de soluções altamente ácidas ou alcalinas. Este é um processo altamente contaminante, tanto dos lençóis freáticos, do solo e da rocha, mas também gerando resíduos altamente radioativos e tóxicos.

Rita Calvário